

ANTES DE FALAR BESTEIRAS SOBRE SERVIDORES, CONSULTE O GLOSSÁRIO ABAIXO:

Assiduidade – Qualidade daquele que não falta ao trabalho.

Barnabé – termo vulgar empregado em lugar de servidor público com o objetivo de desqualificar quem trabalha para o estado.

Benefício – termo inadequado para definir salários e gratificações pagos a empregados do setor público e aposentados. Ninguém recebe nada no setor público a não ser em troca do serviço que presta. No caso de pessoas aposentadas, no setor público ou privado seria mais apropriado falar em direitos de aposentadoria que são adquiridos pelo pagamento de contribuições à previdência. Mesmo na época em que servidores públicos não contribuíam para a previdência, seus salários eram calculados de maneira que o governo pudesse no futuro pagar seus direitos de aposentadoria.

Burocrata – termo pejorativo utilizado para desqualificar o servidor público com a intenção de criticar sua atuação.

Burocracia – termo vulgarmente atribuído aos requisitos que devem ser cumpridos para a prática de algum ato, atividade, registro, etc. e que torna morosa a concessão da autorização requerida. Os requisitos são estabelecidos em lei, a morosidade decorre dos métodos de trabalho aplicados ou dos recursos empregados, nada a ver com o servidor público que atua nos processos e que apenas cumpre a lei com os recursos colocados à sua disposição e na forma para a qual recebeu treinamento.

Cargo público – equivale ao termo emprego no setor privado, a diferença é que no exercício do cargo a pessoa representa o estado, é selecionada por processo de seleção público e no setor privado representa a empresa e é selecionada por processo seletivo ou outra forma que o empresário defina.

Cargo público em comissão (CC) – É o emprego público que o político eleito dá para pessoas por ele indicadas, não acessível a qualquer pessoa e sem requisitos estabelecidos em lei.

Concurso público – termo inadequado que serve para designar a seleção de pessoas para ocupar cargo público, aberto a todas as pessoas que reúnam requisitos estabelecidos em lei para cada cargo. Seleção realizada através de provas escritas ou práticas e apresentação de certificados que comprovem as condições para realizar o trabalho previsto para cada cargo. Entre os que se candidatam, seleciona os melhores. Não é um sorteio como o termo sugere.

Estabilidade no emprego – é o que foi transformado em fundo de garantia no setor privado. Servidor não tem fundo de garantia, tem estabilidade. Se sair ou aposentar-se, não leva nenhum centavo. Existe a estabilidade para também permitir ao servidor público representar o estado sem o risco de ser demitido por pressões de quem o estado cobra o cumprimento da lei.

Função gratificada – É o valor que o servidor público recebe mensalmente se for nomeado para chefiar uma equipe de trabalho ou atuar como assessor em alguma atividade. As funções gratificadas são criadas por lei, existem em número definido em lei, tem valores fixados na lei, são entregues a servidores públicos que reúnem qualidades necessárias para exercer a chefia ou assessoramento. Em alguns casos, como o que ocorre com os CCs, são dadas a indicados de políticos que não reúnem os requisitos necessários mas isto sujeita o indicado e o político a processo por mau empregado do dinheiro público e é prática nociva ao funcionamento do serviço público.

Licença-prêmio – equivalente a prêmios de produtividade, assiduidade e pontualidade que no setor privado são pagos em dinheiro, no setor público em dias de licença.

Marajá – termo aplicado a alguns governantes que, como reis ou imperadores, viviam como pessoas ricas a custa de dinheiro do povo. Não se aplica a servidores públicos que são trabalhadores como quaisquer outros, recebendo salários fixados em lei promulgada por representantes legais do povo.

Pontualidade – qualidade daquele que chega e sai no horário de trabalho estabelecido.

Privilegio – servidores não tem privilégios, tudo o que recebem e o que fazem é fixado na legislação.

Progressão – Pequeno aumento real de salário dado aqueles que comprovam ter atendido critérios de especialização, produtividade, assiduidade, pontualidade etc. definidos em lei. Acessível a totalidade dos servidores de cada área é dado, periodicamente, aos que melhor atenderem esses critérios.

Servidor ou funcionário público – Empregado do povo, selecionado através de seleção pública, acessível para qualquer pessoa que reúna os requisitos estabelecidos em lei

Terceirização – ato pelo qual o governante entrega tarefas do serviço público para serem executadas por empresas privadas, considerando que não consegue organizar o serviço público para dar conta delas e que o custo do setor privado pode ser menor. Em geral o custo é maior e quando é menor a redução é alcançada através da contratação irregular de pessoal com salários reduzidos e não cumprimento da legislação trabalhista.

Vagabundo – termo aplicado à pessoa que não trabalha, ou trabalha menos do que os demais, seja no setor público ou no setor privado.

Vantagem – termo inadequado para definir valores que os servidores recebem em troca de seu trabalho na forma de salários e gratificações.

Vencimento – sinônimo de salário mensal no setor público.